



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TARDE

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

“Trancado na parte de cima do armário, podia ver pela fresta entre as portas o homem que entrara no quarto: era baixo, gordo e com muita barba, malcuidada. Trazia na mão um tipo de revólver estranho, que eu desconhecia... Algumas vezes eu o perdia de vista, pois pelas frestas estreitas não era possível ver todo o quarto”.

Nesse texto, a descrição dos objetos da cena é prejudicada pelas seguintes limitações do observador:

- (A) limitação física e limitação psicológica;
- (B) limitação psicológica e limitação do próprio objeto;
- (C) limitação do objeto e limitação de conhecimento;
- (D) limitação de conhecimento e limitação física;
- (E) limitação psicológica e limitação de posicionamento.

2

O segmento narrativo abaixo que NÃO mostra qualquer interferência do narrador no que é narrado é:

- (A) Os bons alunos entraram na sala rapidamente, escolhendo as carteiras mais favoráveis, próximas ao professor, para que não perdessem as valiosas explicações;
- (B) Os agricultores retiraram as pragas das plantas, regaram o terreno e procuraram descobrir onde se localizavam as tocas dos gambás que comeram as frutas na noite anterior;
- (C) Os meninos, ansiosos, seguiam a história que lhes era narrada pelo avô, torcendo para que o bravo herói escapasse dos perigos;
- (D) As minas, cuidadosamente espalhadas pelo terreno, certamente causariam muitas mortes no exército inimigo;
- (E) A faxineira, detalhadamente instruída pela dona da casa, procurou retirar todas as marcas da parede e dos móveis, certa de que isso agradaria aos patrões.

3

A oração adversativa abaixo sublinhada que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição é:

- (A) Sejam numerosas as tuas relações, mas os teus conselheiros, um entre mil;
- (B) Não é sábio quem sabe muitas coisas, mas quem sabe coisas úteis;
- (C) A beleza é uma letra que se vence à vista, mas a sabedoria tem o seu vencimento a prazo;
- (D) Muitos recebem conselhos, mas só os sábios os aproveitam;
- (E) Os sábios descreem, mas os tolos creem.

4

Em todas as frases abaixo há uma locução introduzida pela preposição “sem”; a frase em que a substituição proposta é adequada é:

- (A) É grande loucura querer ser sábio sem auxílio. / isolado;
- (B) A alma sem objetivo perde-se no mundo. / desinteressada;
- (C) Com o roubo ficou completamente sem dinheiro. / carente;
- (D) Estar sem fome é sinal de desequilíbrio físico. / inapetente;
- (E) Um casal sem filhos parece infeliz. / órfão.

5

Sabendo que o texto argumentativo é aquele que apresenta razões para defender ou atacar uma opinião ou tese, com a finalidade de convencer alguém sobre algo, o segmento abaixo que pode ser classificado como argumentativo, pois mostra uma tese e argumentos, é:

- (A) A educação é a chave de todas as portas, como já dizia um sábio latino.
- (B) A Quinta Sinfonia de Beethoven é uma orgia de sons invulgares.
- (C) Quantas pessoas têm bom ouvido para a Literatura, mas que, ao cantar, desentoam.
- (D) Nem sempre os grandes escritores são bons escritores.
- (E) A arte não é uma coisa e sim um caminho.

6

A frase em que a substituição da oração reduzida sublinhada por uma oração desenvolvida de mesmo significado foi feita de forma adequada é:

- (A) Sirvo-me dos animais para instruir os homens. / Sirvo-me dos animais para a instrução dos homens;
- (B) A ave julga prestar um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar. / A ave julga que prestou um serviço ao peixe ao erguê-lo no ar;
- (C) A flor não nasceu para decorar a casa, embora o morador pense o contrário. / A flor não nasceu para a decoração da casa, embora o morador pense o contrário;
- (D) Todas as coisas são difíceis antes de se tornarem fáceis. / Todas as coisas são difíceis antes de que se tornassem fáceis;
- (E) A vida que esse povo viveu não o deixou viver. / A vida que esse povo viveu não deixou que ele vivesse.

7

A frase abaixo em que houve troca indevida entre “afim” e “a fim” é:

- (A) A gente distorce a forma a fim de criar espaço;
- (B) O governo não está a fim de recuperar a popularidade;
- (C) O STF não fica a fim do Palácio do Planalto;
- (D) O Congresso não parece a fim de aprovar esse projeto;
- (E) A fim de mudar a lei, todos os partidos se movimentaram.

8

A frase em que as palavras sublinhadas repetidas mostram significados diferentes é:

- (A) No Brasil é igual lá em casa: quem fala não manda e quem manda não fala;
- (B) Uma batalha perdida é uma batalha que se crê perdida;
- (C) A guerra é a guerra dos homens; a paz é a guerra das ideias;
- (D) Nas crises políticas, para o homem honrado, o mais difícil não é cumprir o seu dever e sim saber qual é esse dever;
- (E) Um refugiado africano precisa de menos calorías e menos roupas do que um refugiado de Kosovo?

9

Entre as frases abaixo, aquela que mostra repetição por meio do paralelismo sintático, isto é, a repetição de uma mesma estrutura, é:

- (A) Quando o governo não consegue conciliar governo e povo, nessa hora o governo deve dissolver o povo;
- (B) O inimigo avança, nós recuamos; o inimigo acampa, nós acossamos; o inimigo se cansa, nós atacamos; o inimigo recua, nós perseguimos;
- (C) Dois exércitos que combatem são um grande exército que se suicida;
- (D) O que sabe governar sempre encontra os que sabem obedecer;
- (E) Ainda não é o fim, tampouco o começo do fim, mas é com certeza o fim do começo.

10

A frase abaixo em que houve ERRO no emprego da forma “há”, em lugar de “a”, é:

- (A) Não há nenhuma casa como a nossa;
- (B) Será que não há nada claro e direto na vida, como veem as crianças?
- (C) Sem elegância no coração, não há elegância;
- (D) A casa ficava há uma distância de vinte metros;
- (E) Ainda não encontrei o homem certo, pois há poucos homens bons para muitas mulheres boas.

11

Nas frases abaixo há duas formas sublinhadas, sendo a segunda uma forma abreviada da primeira. A opção em que essa forma abreviada se mostra INADEQUADA é:

- (A) Na cidade havia um estacionamento especial para motocicletas e muitas motos ficavam ali todo o dia;
- (B) Os automóveis foram criados há mais de um século e hoje os autos são uma atração à parte nas cidades;
- (C) Houve uma festança na comemoração do aniversário da cidade e a população vai lembrar-se dessa festa por anos;
- (D) Os filmes que envolvem pornografia são parcialmente proibidos, mas a indústria de filmes pornô continua firme;
- (E) A poliomielite foi extinta no Brasil há alguns anos, mas alguns casos de pólio reapareceram há pouco.

12

Observe a seguinte frase:

“A UERJ é uma grande universidade e está entre as melhores do país, segundo as pesquisas”.

A afirmativa correta sobre os componentes ou estrutura dessa frase é:

- (A) a leitura dessa sigla tanto pode ser feita por soletração como pode ser feita como um vocábulo;
- (B) toda sigla incluída num texto deve ser desenvolvida entre parênteses, colocados após o seu emprego;
- (C) nessa sigla deveriam ser colocados pontos após cada letra maiúscula;
- (D) essa sigla deveria incluir outras letras para torná-la mais facilmente pronunciável;
- (E) caso houvesse necessidade de separação silábica da sigla ao final de uma linha, a única forma possível seria UE-RJ.

13

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

A alternativa que mostra uma forma INADEQUADA de particípio é:

- (A) matar / matado e morto;
- (B) morrer / morrido e morto;
- (C) soltar / soltado e solto;
- (D) suspender / suspendido e suspenso;
- (E) romper / rompido e rupto.

14

Entre as frases abaixo – do livro “A Cidade e as Serras”, de Eça de Queiroz –, aquela em que a forma sublinhada está mal-empregada é:

- (A) “Quando um Sol que não avisto, nunca avistarei, morre de inanição nas profundidades, esse esguio galho de limoeiro, em baixo na horta, sente um secreto arrepio de morte...”;
- (B) “– Então o sr. D. Jacinto?... O sr. D. Jacinto andava lá para debaixo, com o Silvério e com o Melchior, nos campos de Freixomil...”;
- (C) “– Ando aí pelas terras desde o romper de alva! Pesquei já hoje quatro trutas magníficas... Lá embaixo, no Naves, um riachote que se atira pelo vale de Seranda... temos logo ao jantar essas trutas!”;
- (D) “E aqui está o que decidi, depois de pensar. Mandei arranjar tantos caixões de chumbo, quantas as caveiras que se apanharam lá embaixo na Carriça, entre o lixo e o pedregulho”;
- (E) “E não houve mais pássaro que cantasse, e os arroios fugiram para debaixo das ervas, com um lento murmúrio de choro”.

15

Todas as frases abaixo mostram um adjetivo sublinhado; a frase em que esse adjetivo tem valor de qualidade é:

- (A) Trabalhamos com o propósito de tornar nossos produtos obsoletos, antes que nossos concorrentes o façam;
- (B) Quando você contrata pessoas mais inteligentes que você, prova que é mais inteligente que elas;
- (C) O protesto papal ocorreu num momento de turbulência política na Igreja;
- (D) Os processos demorados tiram a credibilidade do sistema judiciário;
- (E) Na inflação capitalista, os preços sobem; na inflação socialista, os produtos somem.

Raciocínio Lógico e Matemático

16

Uma moeda é tal que, a cada vez que ela é lançada, a probabilidade de sair “cara” é igual a $\frac{2}{5}$. Essa moeda é lançada 3 vezes.

A probabilidade de que saia “cara” pelo menos uma vez é:

- (A) $\frac{98}{125}$;
 (B) $\frac{54}{125}$;
 (C) $\frac{50}{125}$;
 (D) $\frac{27}{125}$;
 (E) $\frac{18}{125}$.

17

Sabe-se que o número $N = \frac{3x-18}{4}$ é um número inteiro maior do que 0 (zero) e que x também é um número inteiro maior do que 0 (zero).

A soma dos algarismos do menor valor possível para x é:

- (A) 1;
 (B) 2;
 (C) 3;
 (D) 4;
 (E) 5.

18

Augusto, Breno, Caio e Diego deverão formar uma fila, mas Augusto não quer ser o primeiro e Diego não quer ser o último.

O número de filas possíveis é:

- (A) 8;
 (B) 10;
 (C) 12;
 (D) 14;
 (E) 16;

19

Em um supermercado, uma lata de certo produto foi anunciada com preço em oferta:



O valor do desconto é, aproximadamente, de:

- (A) 45%;
 (B) 54%;
 (C) 60%;
 (D) 64%;
 (E) 69%.

20

Uma fábrica vende seu produto em embalagens de dois tamanhos. Depois de completamente cheias, as menores pesam 6 kg e as maiores pesam 11 kg. Em um transporte, o peso total de várias embalagens cheias foi de 190 kg.

O menor número possível de embalagens transportadas foi:

- (A) 19;
 (B) 20;
 (C) 21;
 (D) 22;
 (E) 23.

Noções de Sustentabilidade

21

Os atos de natureza contratual, firmados entre o Poder Público e os fabricantes, os importadores, os distribuidores ou os comerciantes, com vistas à implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, são denominados:

- (A) acordos setoriais;
 (B) termos de ajustamento de conduta;
 (C) compromissos setoriais;
 (D) acordos de logística reversa;
 (E) termos de responsabilidade de logística reversa.

22

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para promover o desenvolvimento sustentável e mitigar os impactos das mudanças climáticas no Brasil.

Sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima, é correto afirmar que visa à(ao):

- (A) total eliminação da utilização de combustíveis fósseis;
 (B) paralisação das atividades das empresas que não cumpram suas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa;
 (C) remoção dos sumidouros de carbono em território nacional;
 (D) estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões;
 (E) proteção prioritária do sistema climático em detrimento do desenvolvimento econômico-social.

23

A emissão excessiva de gases de efeito estufa intensifica o efeito estufa, resultando no aquecimento global e em alterações climáticas, razão pela qual é crescente a pressão global pela redução da emissão de tais gases.

De acordo com o conceito trazido pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), a definição “processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa” corresponde ao conceito de:

- (A) sumidouro;
 (B) mitigação;
 (C) redução de impacto;
 (D) adaptação;
 (E) sequestro de carbono.

24

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) determina, em seu Art. 51, que “[s]em prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei”.

O artigo acima transcrito exemplifica a adoção do princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos conhecido como:

- (A) poluidor pagador;
- (B) princípio da ubiquidade;
- (C) princípio da vedação ao retrocesso ambiental;
- (D) responsabilização subjetiva em matéria de resíduos sólidos;
- (E) responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

25

Os resíduos sólidos urbanos, quando dispostos irregularmente, podem gerar uma série de impactos negativos ao ambiente, como obstrução de vias e logradouros, assoreamento de rios e proliferação de vetores, entre outros.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), os resíduos sólidos urbanos englobam, quanto à origem:

- (A) os resíduos de limpeza de logradouros;
- (B) os resíduos gerados nos serviços de saúde;
- (C) os resíduos gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- (D) o lodo gerado no tratamento da água nas estações de tratamento de água;
- (E) os resíduos gerados nas construções civis, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis.

Noções de Direito Administrativo

26

Ao estudar o conceito de Administração Direta e Indireta e suas respectivas características, Gabriel verificou corretamente que:

- (A) todos os entes integrantes da Administração Direta submetem-se ao regime de precatórios;
- (B) todas as entidades integrantes da Administração Indireta têm personalidade jurídica de direito privado;
- (C) todos os entes e entidades da Administração Direta e Indireta têm bens públicos, nos termos da lei;
- (D) todas as entidades integrantes da Administração Indireta adotam o regime do emprego público, ou seja, submetido às leis trabalhistas;
- (E) nenhum ente integrante da Administração Direta tem personalidade jurídica.

27

Diante de uma indagação acerca de em qual situação é possível a convalidação de um ato administrativo eivado de vício, Ribamar, regularmente investido no cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, respondeu corretamente que tal sanatória voluntária é cabível quando:

- (A) há má-fé dos administrados;
- (B) é verificada a existência de desvio de finalidade;
- (C) o ato administrativo já começou a produzir os seus efeitos;
- (D) é constatada lesão ao interesse público;
- (E) for possível ocasionar prejuízo a terceiros.

28

Caso verifiquem que determinada manifestação de pessoas está se tornando violenta, de modo a colocar em perigo o patrimônio público e a segurança dos indivíduos, as autoridades competentes têm o poder-dever de atuar para debelar tal situação, sem a necessidade de intervenção judicial, com base em determinado atributo do poder de polícia.

O mencionado atributo é:

- (A) a heteroexecutoriedade, que corresponde à possibilidade de impor obrigações aos particulares pela manifestação da própria vontade;
- (B) a exigibilidade, que significa a viabilidade de impor aos administrados a realização de determinadas condutas;
- (C) a autoexecutoriedade, que implica a possibilidade de uso da força e imposição de medida por determinação administrativa;
- (D) a coercibilidade, que implica instrumentos firmados em decorrência do livre acordo de vontade entre as partes;
- (E) a consensualidade, que resulta na possibilidade de levar a efeito os seus próprios atos sem a necessidade de intervenção judicial.

29

Após a prática de conduta que configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, na forma do Art. 10 da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, Wellington, que é servidor federal estável, passou a analisar as penalidades aplicáveis em tal situação, vindo a concluir corretamente que pode ser imposta em tal caso a sanção de:

- (A) cassação definitiva dos direitos políticos;
- (B) multa civil de até cinco vezes o valor do dano ocasionado;
- (C) suspensão de direitos políticos pelo prazo de até doze anos;
- (D) impedimento de ingressar no serviço público, ainda que mediante novo concurso público;
- (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a quinze anos.

30

Maya e Gael se formaram juntos na faculdade de direito e estudavam para concurso público na mesma biblioteca. Ela foi aprovada no certame de técnico judiciário do Tribunal Regional da 1ª Região, enquanto ele passou para advogado de determinada sociedade de economia mista federal.

Considerando que eles estão conversando sobre a possibilidade de acumulação de cargos e empregos públicos, à luz das disposições constitucionais, a conclusão correta alcançada por ambos é no sentido de que:

- (A) tanto Maya quanto Gael podem acumular seus respectivos cargo e emprego com quaisquer outros cargos e empregos públicos da Administração Pública;
- (B) nenhum deles pode acumular seu cargo ou emprego com qualquer outro cargo ou emprego público de advogado na Administração Pública;
- (C) ambos poderiam acumular seu cargo ou emprego com outro emprego público de advogado, mas não com cargo público relativo ao exercício de tal profissão;
- (D) apenas Maya poderia acumular seu cargo com outro cargo público de advogado na Administração Pública;
- (E) somente Gael poderia acumular seu emprego com outro emprego público de advogado na Administração Pública.

31

Dentre as definições constantes da Lei nº 14.133/2021, existe aquela que se refere às atividades “que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto”.

Tal caracterização se refere a serviços:

- (A) de grande vulto;
- (B) regulamentados;
- (C) não contínuos ou contratados por escopo;
- (D) contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- (E) técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

32

Ao estudar o princípio da supremacia do interesse público, à luz do direito administrativo moderno, Cristiane concluiu corretamente que:

- (A) o interesse público primário confunde-se com o interesse público secundário, não sendo possível distingui-los;
- (B) a supremacia do interesse público é um princípio expressamente consagrado na Constituição da República de 1988;
- (C) o interesse público secundário deve prevalecer sobre o interesse privado, ainda que importe em indevida restrição a direitos fundamentais;
- (D) o interesse público e o interesse privado são dicotômicos, sendo inviável alcançar a materialização daquele mediante a garantia dos direitos fundamentais;
- (E) o interesse público primário deve ser considerado o objetivo finalístico da Administração, notadamente para fins de ponderação com direitos fundamentais.

33

Considerando as hipóteses de extinção do contrato administrativo consagradas na Lei nº 14.133/2021, observa-se que há situações em que elas devem ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

É correto afirmar que se enquadra(m) na aludida situação:

- (A) todas as modalidades de extinção previstas na norma em comento;
- (B) apenas as hipóteses de extinção que não estejam previstas na norma em foco;
- (C) somente a extinção decorrente dos meios alternativos de resolução de controvérsias;
- (D) tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração quanto a extinção consensual;
- (E) a extinção determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Noções de Direito Constitucional

34

Determinado ente federativo editou a Lei nº X, assegurando um benefício pecuniário aos seus servidores, o qual seria pago em prestação única àqueles que preenchessem certos requisitos. Pouco meses depois, com a mudança de governo, foi editada a Lei nº Y, revogando a Lei nº X. Nesse momento, Joana percebeu que não tinha formulado o requerimento para a fruição do referido benefício, embora tivesse preenchido todos os requisitos exigidos. Por tal razão, consultou o departamento de recursos humanos sobre a possibilidade de vir a fazê-lo já sob a égide da Lei nº Y.

Foi corretamente esclarecido a Joana que, na perspectiva da Constituição da República, ela:

- (A) tem o direito subjetivo ao benefício, pois preencheria os requisitos exigidos sob a égide da Lei nº X;
- (B) não faz jus ao benefício, pois a Lei nº Y passou a reger todos os requerimentos formulados sob sua égide;
- (C) somente fará jus ao benefício caso haja uma norma de transição na Lei nº Y reconhecendo o seu direito;
- (D) tinha mera expectativa de direito até requerer o benefício, o qual deixou de existir com a superveniência da Lei nº Y;
- (E) pode requerer a fruição do benefício, mas o deferimento, ou não, do requerimento será ato discricionário da autoridade competente.

35

Maria, atleta profissional com destacada atuação em um esporte coletivo, não sabia se a ordem constitucional lhe assegurava alguma proteção em razão de sua participação em eventos desportivos juntamente com sua equipe. Afinal, esses eventos são objeto de transmissão pela mídia televisiva ou radiofônica, tendo valor econômico.

Ao consultar um especialista na matéria, Maria foi corretamente informada de que a Constituição da República:

- (A) dispõe sobre a temática em norma de eficácia plena;
- (B) dispõe sobre a temática em norma de eficácia contida;
- (C) dispõe sobre a temática em norma de eficácia limitada;
- (D) realiza a proteção individual dos direitos autorais, mas não nas participações coletivas;
- (E) somente protege a participação em obras coletivas de natureza intelectual, não em matéria desportiva.

36

João, brasileiro nato e sem nenhuma outra nacionalidade, adquiriu uma convicção filosófica que valoriza a individualidade e é refratário a qualquer submissão ao poder originário de mando que é próprio do Estado de Direito. Por tal razão, formulou pedido de perda da nacionalidade brasileira à autoridade brasileira competente.

O pedido de João, à luz da Constituição da República:

- (A) deve ser acolhido, considerando o caráter disponível da nacionalidade;
- (B) não pode ser acolhido, pois João somente tem a nacionalidade brasileira;
- (C) deve ser acolhido, pois a objeção de consciência é reconhecida pela ordem constitucional;
- (D) pode ser acolhido, ou não, pela autoridade competente, conforme o interesse público subjacente ao pedido;
- (E) não pode ser acolhido, pois a ordem constitucional considera a nacionalidade um direito indisponível, não admitindo pedidos dessa natureza.

37

O Conselho da Justiça Federal (CJF), no exercício de sua competência, tomou determinada decisão a respeito da forma de realização da despesa pública pelos Tribunais Regionais Federais. Em momento posterior, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adotou entendimento diverso, veiculado em norma geral, a respeito da mesma temática.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que:

- (A) a decisão do CJF deve preponderar;
- (B) a decisão do CNJ deve preponderar;
- (C) deve ser suscitado conflito de competência perante o Supremo Tribunal Federal;
- (D) deve ser suscitado conflito de competência perante o Superior Tribunal de Justiça;
- (E) a decisão do CNJ não é vinculante para os órgãos subordinados ao CJF; logo, não há conflito.

38

Joana era servidora pública federal ocupante do cargo X, tendo alcançado a estabilidade. Em momento posterior, após aprovação em concurso público, deixou o cargo X e foi nomeada para ocupar o cargo Y, também no âmbito da Administração Pública federal. Após alguns meses de exercício funcional neste último cargo, foi informada de que o seu antigo ocupante, João, tivera sua demissão invalidada por sentença judicial transitada em julgado, sendo determinada sua reintegração.

Nesse caso, é correto afirmar que Joana:

- (A) deve ser transferida para outro cargo, com remuneração igual ou superior à do cargo Y;
- (B) pode ser reconduzida ao cargo X, com direito a indenização pelos prejuízos sofridos;
- (C) pode ser posta em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- (D) deve ser transferida para quadro especial, fora da carreira, até que surja uma vaga que possibilite a sua nomeação;
- (E) deve ser exonerada, sem prejuízo de posterior nomeação, caso surja uma vaga no período de validade do concurso público no qual foi aprovada.

39

Determinado ente federativo almejava celebrar ajuste com entes privados, de modo que estes pudessem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Em razão da dúvida a respeito da natureza do instrumento a ser celebrado, o chefe do Poder Executivo formulou consulta ao procurador-geral do referido ente federativo, sendo-lhe corretamente informado que:

- (A) pode ser celebrado um ajuste sob a forma de convênio;
- (B) deve ser celebrado contrato, de direito público ou privado;
- (C) deve ser celebrado contrato de direito público, preferencialmente com entes sem fins lucrativos;
- (D) deve ser celebrado um instrumento em que haja interesses contrapostos, considerando o pagamento a ser realizado;
- (E) pode ser celebrado contrato de direito público ou convênio, mas apenas com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

40

Pedro, com domicílio no Município X, sede da Comarca Y, decidiu ajuizar uma ação em face de autarquia federal que presta serviços públicos direcionados ao aprimoramento da produção rural. No entanto, a comarca de domicílio de Pedro não é sede de vara da Justiça Federal.

Em situações dessa natureza, é correto afirmar que a referida ação:

- (A) pode ser ajuizada, caso a lei o autorize, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y;
- (B) pode ser ajuizada, em razão de previsão constitucional, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y;
- (C) deve ser ajuizada, por imperativo constitucional, perante a vara federal que tenha competência no respectivo território;
- (D) pode ser ajuizada, em razão de previsão constitucional, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y, ou perante a seção judiciária do Distrito Federal;
- (E) pode ser ajuizada, nos termos da lei, perante a Justiça Estadual, na Comarca Y, ou a Justiça Federal, considerando a vara federal competente na localidade ou no Distrito Federal.

Conhecimentos Específicos

41

Após assumir a gestão da Secretaria de Planejamento de um ente público, o secretário, com sólida formação técnica na área, reuniu a equipe logo nos primeiros dias para compartilhar a sua concepção de planejamento orçamentário. Em sua fala inicial, ele assegurou que o orçamento do ente não seria uma peça de ficção, mas um efetivo plano financeiro global, de modo que o Poder Legislativo e toda a sociedade tivessem uma demonstração completa e fidedigna das despesas nele autorizadas, bem como os recursos para sua cobertura.

É correto afirmar que a fala do secretário está associada ao princípio orçamentário do(a):

- (A) equilíbrio;
- (B) especificação;
- (C) unidade;
- (D) uniformidade;
- (E) universalidade.

42

A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser apresentada de tal forma que permita avaliar, de um lado, as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, os beneficiários desses recursos, em termos de políticas públicas.

Para assegurar que a ação governamental seja concretizada conforme autorização dada pelo Poder Legislativo, o texto constitucional dispõe que:

- (A) a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias;
- (B) as diretrizes orçamentárias devem garantir o equilíbrio entre receitas e despesas;
- (C) as metas fiscais podem ser alteradas somente até a aprovação do orçamento do exercício seguinte;
- (D) o orçamento fiscal deve alocar os recursos necessários, exceto quando houver impedimentos de ordem técnica;
- (E) os planos e programas setoriais devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual.

43

A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) recebeu uma série de denúncias sobre destinação irregular de recursos do orçamento federal do exercício anterior que foram aplicados por outros entes da Federação e suas respectivas entidades em ações da área da cultura. Para iniciar uma apuração dessas denúncias, o secretário da SOF pediu um levantamento detalhado de todas as despesas que se enquadravam nesses critérios.

Para isso, foi consultada a classificação da despesa da referida área por:

- (A) elemento de despesa;
- (B) grupo de natureza de despesa;
- (C) identificador de uso;
- (D) modalidade de aplicação;
- (E) órgão e unidade orçamentária.

44

Na etapa de preparação da proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro de um ente público, apurou-se que as receitas do orçamento da seguridade social foram estimadas em R\$ 11,8 bilhões, enquanto as despesas para esse mesmo orçamento eram da ordem de R\$ 17,2 bilhões.

Nesse cenário, o Manual Técnico de Orçamento (MTO) orienta que a complementação dos recursos para financiar a totalidade das despesas da seguridade social provém de(o):

- (A) operações de crédito contratuais autorizadas;
- (B) reestimativa das receitas vinculadas;
- (C) transferências do orçamento fiscal;
- (D) orçamento de investimento das empresas;
- (E) superávit financeiro apurado no exercício anterior.

45

Nas últimas legislaturas, a prerrogativa de alterar a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) por meio de emendas reconfigurou a arena de disputa pela alocação dos recursos orçamentários discricionários, com a cláusula de impositividade.

Sob a perspectiva do seu formato e conteúdo, emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual NÃO deverão ser aprovadas se:

- (A) desconsiderarem a aplicação mínima de recursos nas áreas de saúde e educação;
- (B) estiverem relacionadas com a correção de erros;
- (C) forem incompatíveis com as disposições do planejamento estratégico vigente;
- (D) indicarem recursos provenientes de anulação de despesa;
- (E) restarem comprovados impedimentos de ordem técnica, tais como recessão econômica.

46

Em decorrência da publicação de normativo do Poder Executivo impondo limitação de empenho no último bimestre de um exercício financeiro, uma entidade do orçamento fiscal ficou sem dotação suficiente para parte das suas despesas em curso, a exemplo de um contrato continuado de prestação de serviço de limpeza e conservação. Em decorrência disso, a entidade encerrou o exercício com serviços medidos e atestados na ordem de R\$ 2,3 milhões, sem o devido registro do empenho da despesa.

No exercício seguinte, tais despesas devem ser:

- (A) cobertas com recursos do superávit financeiro do exercício de sua competência;
- (B) inscritas em restos a pagar não processados a liquidar;
- (C) lançadas mediante descentralização de créditos orçamentários;
- (D) processadas por meio da abertura de créditos adicionais;
- (E) registradas nas categorias de natureza da despesa original, exceto quanto ao elemento.

47

Uma instituição federal de ensino recebeu uma descentralização de crédito do Senado Federal para ser aplicada em um projeto de recuperação de um prédio histórico atualmente ocupado pela instituição.

Essa movimentação de crédito orçamentário:

- (A) altera a unidade orçamentária detentora do crédito;
- (B) depende de celebração de convênio ou instrumento congêneres;
- (C) equivale a uma transposição de recursos;
- (D) deve ser tratada, na classificação programática, como operação especial;
- (E) ocorre, em regra, juntamente à descentralização financeira.

48

O demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos é um dos anexos que integram o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), com o objetivo de contribuir com informações para a preservação do patrimônio público.

Na elaboração e publicação desse demonstrativo, deve-se atentar para o fato de que:

- (A) a sua publicação é obrigatória por todos os poderes e órgãos no exercício em que realizarem alienação de ativos;
- (B) as receitas previstas devem ser inicialmente apresentadas por seus valores atualizados;
- (C) as receitas realizadas englobam tão somente as decorrentes de alienação de bens móveis e imóveis;
- (D) no cômputo de todas as receitas e despesas, não devem ser consideradas operações intraorçamentárias;
- (E) são considerados os saldos gerados em contas das classes de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

49

Em empresas S.A., uma das reservas reflete as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social e também os planos de incentivo de longo prazo.

Trata-se de reserva:

- (A) legal;
- (B) de lucros;
- (C) de capital;
- (D) de contingência;
- (E) estatutária de lucros para investimentos futuros.

50

Considerando-se os preceitos do CPC 16 – Estoques, em um período de aumento de preços, os métodos de controle de estoque que tendem a resultar em um maior lucro bruto e em um maior estoque final são, respectivamente:

- (A) PEPS e PEPS;
- (B) PEPS e média ponderada;
- (C) PEPS e UEPS;
- (D) UEPS e PEPS;
- (E) UEPS e média móvel.

51

Uma empresa S.A. vendeu à vista um equipamento que custou R\$ 213.000 e tinha uma depreciação acumulada de R\$ 114.000 por R\$ 111.000.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, essa transação deve ser apresentada na Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto como uma:

- (A) adição ao lucro líquido de RS 12.000 e uma entrada de caixa de RS 111.000 das atividades de financiamento;
- (B) adição ao lucro líquido de RS 12.000 e uma entrada de caixa de RS 99.000 das atividades de financiamento;
- (C) adição ao lucro líquido de RS 12.000 e uma entrada de caixa de RS 111.000 das atividades de operação;
- (D) dedução do lucro líquido de R\$ 12.000 e uma entrada de caixa de RS 99.000 das atividades de investimento;
- (E) dedução do lucro líquido de R\$ 12.000 e uma entrada de caixa de RS 111.000 das atividades de investimento.

52

Uma empresa S.A. apresentou o seguinte balancete antes da apuração do resultado do exercício.

Descrição da conta	Débito	Crédito
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 20.000	
Estoques	R\$ 30.000	
Impostos diferidos ativos	R\$ 5.000	
Imobilizado	R\$ 40.000	
Depreciação acumulada		R\$ 2.000
Fornecedores		R\$ 5.000
Salários a pagar		R\$ 10.000
Capital Social		R\$ 50.000
Reserva de Lucros		R\$ 20.000
Receita de Vendas		R\$ 80.000
Custo dos bens e/ou serviços prestados	R\$ 65.000	
Despesas com vendas	R\$ 2.000	
Despesas gerais e administrativas	R\$ 5.000	
Receitas financeiras		R\$ 1.000
Despesas de depreciação	R\$ 1.000	
Total	R\$ 168.000	R\$ 168.000

A empresa apresenta separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes no balanço patrimonial.

Considerando-se as informações apresentadas e os preceitos do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a empresa apresentou um:

- (A) ativo circulante de R\$ 50.000 e um resultado antes dos impostos de R\$ 8.000;
- (B) ativo circulante de R\$ 55.000 e um resultado antes dos impostos de R\$ 8.000;
- (C) passivo circulante de R\$ 10.000 e um resultado antes dos impostos de R\$ 8.000;
- (D) passivo circulante de R\$ 20.000 e um resultado bruto de R\$ 8.000;
- (E) passivo circulante de R\$ 20.000 e um resultado bruto de R\$ 81.000.

53

Considere uma empresa Alpha que detém 100% das ações da empresa Beta. As duas empresas S.A. apresentaram as informações a seguir.

Contas	Alpha	Beta
Ativo		
Caixa	R\$ 10.000	R\$ 5.000
Contas a Receber	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Contas a Receber - Beta	R\$ 10.000	
Estoques	R\$ 15.000	R\$ 8.000
Investimentos (Beta)	R\$ 15.000	
Imobilizado	R\$ 25.000	R\$ 12.000
Total do Ativo	R\$ 85.000	R\$ 35.000
Passivo		
Fornecedores	R\$ 10.000	
Fornecedores – Alpha		R\$ 10.000
Empréstimos Bancários	R\$ 20.000	R\$ 7.000
Salários a Pagar	R\$ 5.000	R\$ 3.000
Total do Passivo	R\$ 35.000	
Patrimônio Líquido (PL)	R\$ 50.000	R\$ 15.000
Capital Social	R\$ 40.000	R\$ 10.000
Reservas de Lucros	R\$ 10.000	R\$ 5.000
Total do Passivo e PL	R\$ 85.000	R\$ 35.000

A única transação entre empresas é um Contas a Receber em Alpha de R\$ 10.000 da empresa Beta.

Considerando-se as informações apresentadas, os valores do Patrimônio Líquido Consolidado e do Ativo Total Consolidado de Alpha são, respectivamente:

- (A) R\$ 50.000 e R\$ 95.000;
 (B) R\$ 55.000 e R\$ 95.000;
 (C) R\$ 60.000 e R\$ 100.000;
 (D) R\$ 65.000 e R\$ 100.000;
 (E) R\$ 70.000 e R\$ 100.000.

54

Uma empresa S.A. vendeu R\$ 100.000 para um cliente com prazo de pagamento para 8 meses. O desconto relativo ao ajuste a valor presente (AVP) é de R\$ 24.000. Ainda, ao estimar as perdas com essas vendas, em função do não recebimento dos valores, a empresa estimou que 2% do total não seriam recebidos. À luz das informações apresentadas e, considerando que o componente financeiro embutido no valor das vendas é relevante, conclui-se que a empresa realizou os seguintes lançamentos:

- (A) Reconhecimento da venda
 Débito: Contas a receber de clientes R\$ 100.000
 Crédito: Receita líquida de venda R\$ 100.000
 Reconhecimento da provisão
 Débito: Despesa com PCLD R\$ 2.000
 Crédito: PCLD (conta retificadora do ativo) R\$ 2.000
- (B) Reconhecimento da venda
 Débito: Contas a receber de clientes R\$ 76.000
 Crédito: Receita bruta de venda R\$ 76.000
 Reconhecimento da provisão
 Débito: Despesa com PCLD R\$ 1.520
 Crédito: PCLD (conta retificadora do ativo) R\$ 1.520
- (C) Reconhecimento da venda
 Débito: Contas a receber de clientes R\$ 76.000
 Crédito: Receita bruta de venda R\$ 76.000
 e
 Débito: Dedução à receita bruta de venda R\$ 24.000
 Crédito: AVP – Receita financeira comercial a apropriar (reduzora das contas a receber) R\$ 24.000
 Reconhecimento da perda estimada
 Débito: Despesa com PECLD R\$ 1.520
 Crédito: PECLD (conta retificadora do ativo) R\$ 1.520
- (D) Reconhecimento da venda
 Débito: Contas a receber de clientes R\$ 76.000
 Crédito: Receita bruta de venda R\$ 76.000
 e
 Débito: Dedução à receita bruta de venda R\$ 24.000
 Crédito: AVP – Receita financeira comercial a apropriar (reduzora das contas a receber) R\$ 24.000
 Reconhecimento da perda estimada
 Débito: Despesa com PECLD R\$ 2.000
 Crédito: PECLD (conta retificadora do ativo) R\$ 2.000
- (E) Reconhecimento da venda
 Débito: Contas a receber de clientes R\$ 100.000
 Crédito: Receita bruta de venda (conta de resultado) R\$ 100.000
 e
 Débito: Dedução à receita bruta de venda R\$ 24.000
 Crédito: AVP – Receita financeira comercial a apropriar (reduzora das contas a receber) R\$ 24.000
 Reconhecimento da perda estimada
 Débito: Despesa com PECLD R\$ 2.000
 Crédito: PECLD (conta retificadora do ativo) R\$ 2.000

55

Com a extinção da correção monetária de demonstrações contábeis, o meio encontrado pelo governo para evitar um possível aumento da carga tributária incidente sobre as empresas foi instituir a figura dos juros sobre o capital próprio (JCP).

Em relação aos juros sobre capital próprio, é correto afirmar que são:

- (A) pagos aos acionistas e limitados à variação, *pro rata die*, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (B) limitados ao montante máximo de 50% da aplicação da variação da TLP, *pro rata die* e sobre o total do Patrimônio Líquido;
- (C) utilizados como despesa dedutível para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL);
- (D) limitados ao maior valor entre 70% do lucro apurado no exercício (após a CSLL, e antes do IR e do próprio JCP) e 70% do somatório dos lucros acumulados com as reservas de lucro;
- (E) pagos aos acionistas pelo direito de receber, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância de metade do lucro líquido do exercício.

56

Considerando-se a análise econômico-financeira, os indicadores de rentabilidade das empresas podem ser analisados conforme a identidade Dupont.

A identidade Dupont:

- (A) considera que o ROA poderia ser alavancado pela redução da alavancagem financeira;
- (B) considera que o ROE poderia ser alavancado pela redução da alavancagem financeira;
- (C) decompõe o ROA em três fatores: eficiência operacional, eficiência no uso dos ativos e alavancagem financeira;
- (D) decompõe o ROA em dois fatores: eficiência operacional e alavancagem financeira;
- (E) decompõe o ROE em três fatores: eficiência operacional, eficiência no uso dos ativos e alavancagem financeira.

57

O gestor de uma entidade pública ordenou a substituição dos 10 veículos da frota oficial sob gestão da entidade, uma vez que os veículos eram antigos e estavam gerando um alto custo de manutenção, além dos dispêndios com contratos de seguros, combustível e motoristas. A equipe de gestão de contratos havia elaborado um estudo considerando o histórico da demanda pelos veículos e valores de mercado, que revelou que um contrato de locação de veículos implicaria menor custo global. Porém, por divergências com a gestão operacional da frota de veículos, o estudo não foi apresentado ao gestor.

Esse cenário revela os efeitos de uma característica qualitativa tratada na NBC TSP Estrutura Conceitual, qual seja:

- (A) comparabilidade;
- (B) custo-benefício;
- (C) materialidade;
- (D) relevância;
- (E) verificabilidade.

58

As demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. Para isso, precisam ser elaboradas seguindo padrões e critérios que assegurem a sua representação fidedigna.

Assim, ao elaborar as suas demonstrações contábeis para um dado período, por orientação do MCASP, uma entidade deve considerar que:

- (A) é necessário avaliar sua capacidade de continuar em operação por um período de pelo menos cinco anos;
- (B) as demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos anualmente, incluindo a informação comparativa;
- (C) é recomendado alterar a apresentação das demonstrações contábeis para melhor evidenciar os resultados positivos da gestão;
- (D) ativos e passivos decorrentes de transações semelhantes devem ser compensados para aumentar a utilidade da informação;
- (E) itens somente podem ser agregados nas demonstrações contábeis caso se referiram a classes semelhantes.

59

O Balanço Orçamentário é uma demonstração contábil que tem por objetivo confrontar receitas e despesas previstas no orçamento com as receitas e despesas realizadas.

Ao analisar informações apresentadas no Balanço Orçamentário, um analista deve considerar que sua estrutura evidencia:

- (A) despesas de acordo com sua fonte e destinação de recursos;
- (B) despesas executadas de acordo com o regime de competência;
- (C) os estágios da execução orçamentária em termos de receitas e despesas, de forma detalhada;
- (D) o resultado da execução orçamentária e seu impacto no patrimônio da entidade;
- (E) receitas conforme o seu impacto na situação líquida patrimonial da entidade.

60

Na apresentação do Balanço Orçamentário, as colunas Previsão Inicial da Receita e Dotação Inicial da Despesa registram valores coincidentes com o que foi aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Porém, ao longo do exercício podem ocorrer alterações que geram uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Acerca dessa situação de desequilíbrio, analise os casos a seguir:

- I. utilização do superávit financeiro do exercício anterior para abertura de créditos adicionais;
- II. reabertura de créditos adicionais, autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior;
- III. abertura de créditos extraordinários para cobrir despesas de caráter emergencial.

Pode(m) ser associado(s) à situação de desequilíbrio apontada o(s) caso(s):

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

61

Ao padronizar os registros contábeis das entidades do setor público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) contribui para o objetivo mais amplo de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais. As contas contábeis padronizadas pelo PCASP são identificadas por códigos com sete níveis de desdobramento; estes, porém, não representam uma padronização absoluta.

Nesse sentido, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público dispõe que:

- (A) as contas das classes da natureza da informação orçamentária têm maior nível de detalhamento;
- (B) o nível a partir do qual as contas podem ser detalhadas depende da natureza da informação e das classes de contas;
- (C) o quinto nível (subtítulo) das contas de natureza de informação patrimonial não é passível de detalhamento pelos entes da federação;
- (D) os entes da Federação não podem utilizar níveis adicionais de detalhamento de contas, além dos previstos no PCASP;
- (E) os entes da Federação podem detalhar todas as contas contábeis a partir do quarto nível (título).

62

A apresentação do Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, anexo que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), publicado a cada bimestre, visa a dar transparência às informações sobre o montante e a execução dos restos a pagar inscritos por poder/órgão.

Na análise desse demonstrativo, deve-se considerar que:

- (A) a evidenciação se restringe aos restos a pagar inscritos no exercício imediatamente anterior ao de referência;
- (B) a execução dos restos a pagar inscritos considera os estágios pendentes da despesa;
- (C) despesas decorrentes de operações intraorçamentárias não são passíveis de inscrição em restos a pagar;
- (D) os restos a pagar cancelados por insuficiência de caixa são apurados do último bimestre do exercício;
- (E) restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados em exercícios anteriores devem ser discriminados.

63

Um ente público firmou com uma empresa um contrato de concessão em regime de parceria público-privada (PPP). A modalidade pactuada foi a de concessão patrocinada para exploração de um trecho de 370 km de uma rodovia federal. Como obrigações da concessionária, o contrato previa a duplicação da rodovia, a prestação de serviços de manutenção da estrutura de sinalização da via, e a prestação de socorro médico e mecânico. A remuneração da concessionária decorrerá da cobrança de tarifa dos usuários da rodovia (pedágio), com cláusula de responsabilidade pela compensação do risco de demanda a cargo do ente público concedente.

Com base no cenário narrado e à luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise as afirmações a seguir.

- I. O ente público deve tratar todos os riscos dos contratos de concessão no formato de parceria público-privada como contingências;
- II. Uma provisão para risco de demanda deverá ser reconhecida pelo ente público, caso seja provável a saída de recursos, com estimativa confiável do valor;
- III. Pagamentos pelo ente público ao concessionário, a título de compensação, devem ser classificados orçamentariamente como despesas correntes com subvenções econômicas.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

64

Diferentemente do que se verifica com entidades do setor privado, a maior parte das receitas das entidades públicas decorre de transações sem contraprestação, a exemplo dos tributos. Além disso, há também casos em que uma entidade pública precisa registrar ativos oriundos de transações sem contraprestação, a exemplo de veículos recebidos em doação decorrentes de apreensões realizadas pelas autoridades alfandegárias.

Nesses casos, os ativos recebidos devem ser reconhecidos, na data da aquisição, pelo:

- (A) custo corrente de reposição;
- (B) custo histórico ajustado;
- (C) preço presumido;
- (D) valor em uso;
- (E) valor justo.

65

Uma entidade pública adquiriu uma frota de cinco veículos para uso nas atividades da divisão de segurança do ente. Os veículos foram recebidos em 01/10/20X1, mas foram necessárias algumas adaptações, de forma que ficaram prontos para uso no dia 30/12/20x2. O valor de aquisição de cada veículo foi R\$ 80.000,00, com valor residual estimado em 5%. A entidade espera usar os veículos por 10 anos, quando estima fazer a substituição.

Considerando a situação narrada e as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), analise as afirmações a seguir.

- I. O período entre o recebimento e início do uso dos veículos deve ser descontado da sua vida útil.
- II. O método da soma dos dígitos é o mais adequado para a depreciação dos veículos.
- III. Em decorrência do valor residual estimado, a entidade deve depreciar os veículos pelo método das cotas constantes.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

66

A NBC TSP 34 – Custos no Setor Público recomenda que, no processo de desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos, sejam observadas diretrizes que representam etapas a serem percorridas pela entidade.

Uma dessas etapas, que tem como objetivo identificar e segregar os custos a serem mensurados, é o(a):

- (A) gestão;
- (B) implantação;
- (C) estruturação;
- (D) planejamento;
- (E) monitoramento.

67

No ano de 20x3, primeiro ano do mandato presidencial, o governo federal lançou um programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público.

A avaliação da execução dos programas do governo, como esse recentemente lançado:

- (A) deve ser conduzida com base nos critérios de uma auditoria operacional;
- (B) é feita a partir de exigência expressa do órgão de controle externo;
- (C) é requerida na prestação de contas do Poder Executivo do final do exercício;
- (D) é uma obrigação compartilhada com os governos estaduais e municipais;
- (E) está entre as finalidades do sistema de controle interno no âmbito do Poder Executivo.

68

Com o objetivo de assegurar a realização regular e adequada das atividades do Estado e, conseqüentemente, evitar a prática de atos ilegais ou com desvios de finalidade, as atividades de controle podem ser realizadas em diversos momentos da atividade administrativa. O controle concomitante ilustra um desses momentos e contribui para evitar distorções e proceder a correções imediatas.

Um exemplo de atividade de controle concomitante é dado por:

- (A) controle judicial exercido sobre os atos praticados por autoridade pública;
- (B) exame da legalidade dos atos de concessão de aposentadorias pelo poder público;
- (C) exigência de autorização legal para contratação de operação de crédito;
- (D) julgamento das contas dos responsáveis por bens e valores públicos;
- (E) realização de auditorias e inspeções para acompanhamento da execução orçamentária.

69

Uma entidade pública recebeu um pedido de acesso a uma informação que precisava ser levantada em documentação física nos arquivos da entidade. A entidade avaliou que não conseguiria preparar a informação solicitada no prazo de até 20 dias. À luz desse cenário, analise as ações a seguir:

- I. comunicar que a informação não pode ser disponibilizada;
- II. informar, mediante justificativa, a prorrogação do prazo de resposta por até 10 dias;
- III. comunicar data, local e modo para que o requerente possa realizar consulta à informação.

Está(ão) em conformidade com a legislação que regulamenta o acesso à informação pública somente a(s) ação(ões):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

70

Há três anos, o governo federal lançou um programa de expansão dos institutos federais com foco na interiorização, com investimentos em infraestrutura e recursos humanos. Após os primeiros anos de atividades, o Ministério da Educação solicitou, do Tribunal de Contas da União, a aplicação de instrumentos de fiscalização adequados para avaliar o desempenho dos três primeiros anos de execução do programa em todas as unidades da Federação, considerando os aspectos de eficiência e eficácia.

O instrumento de fiscalização a ser adotado para essa finalidade é o(a):

- (A) exame;
- (B) levantamento;
- (C) acompanhamento;
- (D) auditoria de escopo;
- (E) monitoramento.

71

O Modelo das Três Linhas, concebido pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA) para contribuir com as estruturas organizacionais na perspectiva das estratégias de gestão de riscos, define que a instância de auditoria interna tem papéis relacionados a:

- (A) acompanhamento de processos apropriados ao gerenciamento de operações e riscos;
- (B) assessoria independente e objetiva de questões relativas ao atingimento dos objetivos organizacionais;
- (C) apoio e monitoramento de questões relacionadas a riscos na organização;
- (D) provimento de análises sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos;
- (E) supervisão da conformidade com as expectativas legais e regulatórias.

72

Em sua prática, o auditor deve adotar procedimentos que reduzam o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias da auditoria. O risco de auditoria é dado em função dos componentes ou dimensões de risco.

Um desses componentes é o risco inerente, que:

- (A) depende do nível de tolerância a riscos definido no âmbito da organização;
- (B) diz respeito ao risco de que uma distorção relevante possa ocorrer e não ser detectada e corrigida;
- (C) é mensurado após a avaliação da eficácia dos controles internos;
- (D) pressupõe a inexistência de controles implementados;
- (E) se refere ao risco de não obtenção de evidências suficientes que suportem as conclusões do trabalho.

73

Durante um trabalho de auditoria em uma entidade pública, ao analisar a conta de fornecedores a pagar, o auditor constatou que uma fatura da competência de novembro de 20x3, referente a consumo de energia elétrica, foi registrada somente no mês de fevereiro de 20x4, quando do seu efetivo pagamento.

Em decorrência dessa constatação:

- (A) a conta de despesa deve ser analisada em teste principal para ajustes de resultado;
- (B) a conta de passivo deve passar por procedimentos de revisão analítica;
- (C) a conta de passivo deve ser confrontada com os registros de natureza semelhante;
- (D) as contas de despesa de 20x3 e de 20x4 devem passar por testes principal e secundário de avaliação de saldos;
- (E) ambas as contas, de passivo e de despesa, devem passar por testes para subavaliação.

74

No planejamento de um trabalho de auditoria, havia a previsão de análise de registros de acessos durante seis meses a um serviço subsidiado a usuários de um determinado perfil, mas também acessível a outros usuários sem direito ao subsídio. A equipe de auditoria precisa acessar algumas credenciais de usuários que estão registradas no sistema para verificar a ocorrência de acessos indevidos, com danos ao erário.

Um procedimento de auditoria aplicável a essa finalidade é:

- (A) análise de contas;
- (B) correlação de dados;
- (C) exame documental;
- (D) extração eletrônica de dados;
- (E) revisão analítica.

75

Uma equipe de auditores estava atuando na etapa inicial de um trabalho de auditoria em postos de atendimento de uma autarquia pública da área de análise de solicitações de benefícios assistenciais e previdenciários. A equipe de auditoria aplicou, em todos os postos de atendimento, um questionário padronizado de avaliação de controle interno, desenvolvido e validado em trabalhos anteriores.

Os questionários preenchidos no âmbito do trabalho de auditoria:

- (A) constituem evidências do trabalho de auditoria em curso;
- (B) devem passar por validação com outros procedimentos de auditoria;
- (C) devem ser mantidos até a aprovação do relatório de auditoria;
- (D) representam elementos de redução dos riscos de controle;
- (E) são papéis de trabalho de natureza corrente.

76

A administração central de uma entidade, em reunião com a instância de auditoria interna, reportou algumas inconsistências no andamento do programa de gestão em desempenho, implantado há um ano. A entidade estabeleceu regras e critérios para adesão ao programa e criou um relatório padronizado para acompanhamento semestral das metas pactuadas. Embora os relatórios periódicos indicassem cumprimento integral das metas, os gestores informaram que não estavam sendo atendidos em todas as atividades e demandas em seus respectivos setores.

O auditor-chefe recomendou a realização de um trabalho de auditoria nos relatórios emitidos pelas equipes de trabalho que aderiram ao programa. Foi definido que o trabalho de auditoria inicialmente teria como base a documentação relativa à adesão ao programa e os relatórios periódicos apresentados, com análises desenvolvidas a partir de critérios definidos pelo auditor, que poderia solicitar informações e documentos adicionais.

A auditoria recomendada deve ser conduzida sob o formato de um(a):

- (A) consultoria;
- (B) relatório direto;
- (C) avaliação (*assurance*);
- (D) trabalho de certificação;
- (E) auditoria de desempenho.

77

Caio, servidor público no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), autarquia federal, solicitou, em razão da sua função, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) de João, empresário, que havia ingressado com um pedido para regularizar, na esfera ambiental, as atividades do seu grupo empresarial. Registre-se que o pedido foi imediatamente refutado pelo particular.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio:

- (A) não responderá por qualquer crime, considerando que a solicitação foi prontamente refutada por João;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão do reduzido valor solicitado, tornando a conduta atípica;
- (C) responderá pelo crime de corrupção passiva, na modalidade consumada;
- (D) responderá pelo crime de corrupção ativa, na modalidade tentada;
- (E) responderá pelo crime de peculato, na modalidade tentada.

78

João, desafeto de longa data de Matheus, analista judiciário no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), compareceu ao Ministério Público Federal e informou que Matheus, no exercício das suas funções, estaria subtraindo diversos bens da repartição pública, muito embora soubesse ser ele inocente. A partir das informações colhidas, foi deflagrado um procedimento investigatório criminal em detrimento de Matheus. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) exercício arbitrário das próprias razões;
- (B) comunicação falsa de crime;
- (C) denúncia caluniosa;
- (D) fraude processual;
- (E) falso testemunho.

79

Matheus, conhecedor de que um vizinho tem uma ação em tramitação na subseção judiciária que abarca o município Alfa, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), recebeu R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a pretexto de influir na decisão do juiz federal titular da serventia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pelo crime de:

- (A) usurpação de função pública;
- (B) advocacia administrativa;
- (C) exploração de prestígio;
- (D) favorecimento pessoal;
- (E) tráfico de influência.

80

Jorge, agente público federal competente, primário e portador de bons antecedentes, agindo de forma dolosa, deixou de comunicar à autoridade judiciária, no prazo legal, a prisão em flagrante de Caio. Ao ser ouvido sobre a matéria, Caio afirmou que não teria qualquer interesse em eventual persecução penal em detrimento de Jorge.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que Jorge:

- (A) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, pelo período de dois a quatro anos;
- (B) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à obrigação de indenizar eventual dano causado pelo crime;
- (C) não responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, em razão da manifestação da vítima, que afirmou não ter interesse em eventual persecução penal contra Jorge;
- (D) responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, sendo certo que estará sujeito, como efeito da condenação, à perda do cargo ocupado;
- (E) não responderá, na esfera criminal, por abuso de autoridade, por não ser membro de Poder.

Prova Discursiva

Problemas do país

Se você se pergunta quais são os três maiores problemas sociais no Brasil hoje, nossa resposta é que são muito mais que esse número. Pobreza, desemprego, desigualdade de oportunidades, racismo e desnutrição são alguns dos principais problemas sociais no Brasil. Podemos citar também a habitação precária, a discriminação no emprego, o abuso e negligência infantil e tantos outros.

Considere os seguintes tipos de problemas sociais com os quais nosso país se depara diariamente: saúde, moradia, educação, desemprego, drogas, violência, saneamento básico, desigualdade social, trabalho infantil, fome, desmatamento e racismo.

Na sua opinião, qual desses problemas é o mais grave no nosso país e que medidas podem ser tomadas para reduzir suas consequências? Diga o que você pensa a respeito em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

